

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

**DO “QUEM SOMOS” PARA O “ONDE ESTAMOS”:
A EXPERIÊNCIA DA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS
FAXINALENSES DA REGIÃO METROPOLITANA DE
CURITIBA**

Gustavo Felipe Olesko e Otávio Gomes Rocha
Boletim Gaúcho de Geografia, 41: 48-66, jan, 2014.

Versão online disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/42621>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - jan, 2014.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

DO “QUEM SOMOS” PARA O “ONDE ESTAMOS”: A EXPERIÊNCIA DA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS FAXINALENSES DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA¹

GUSTAVO FELIPE OLESKO²

OTÁVIO GOMES ROCHA³

RESUMO

O A trama das disputas territoriais associadas aos povos e comunidades tradicionais têm levantado intenso debate nas esferas acadêmica e política, face às novas estratégias adotadas por estes grupos como suporte de sua luta histórica por terra e território. A autodefinição identitária consolida-se como um importante componente da estratégia de luta a partir de dispositivos jurídicos conquistados na última década, que visam garantir a estes povos a reprodução de seu modo de vida tradicional e a permanência no território tradicionalmente ocupado. Neste contexto, a cartografia social se destaca como um instrumento de reivindicação política associado à construção de identidades, ao enfrentamento de conflitos ambientais e territoriais e ao fortalecimento organizativo destes grupos. No estado do Paraná, esta ferramenta vem sendo utilizada pelos povos faxinalenses em sua luta cotidiana contra a invisibilidade social e política, pela manutenção de seus territórios e seus modos de vida. A partir da inserção no processo de realização da cartografia social dos faxinalenses dos municípios de Quitandinha/PR e Mandirituba/PR, situados na Região Metropolitana de Curitiba, este trabalho pretende discutir a experiência construída por este grupo e seus desdobramentos, buscando desvendar as possibilidades de luta e resistência que se configuram a partir desta prática. Neste contexto, a luta pelo território empreendida pelos povos faxinalenses e a apropriação da cartografia social como ferramenta, compreendida desde a perspectiva crítica ao modelo de desenvolvimento imposto pelo modo de produção capitalista, abre novos campos de possibili-

-
- 1 Este trabalho insere-se em pesquisas associadas ao Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra (ENCONTTRA), e articula-se ao projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Tais pesquisas, ao longo de todo o processo de investigação, obtiveram financiamento da CAPES e do CNPq.
 - 2 Licenciado em Geografia pela UFPR. Bacharel em Geografia na mesma instituição. Mestre em Geografia na UFPR sob orientação do Prof. Dr. Jorge R. Montenegro Gómez. Professor Aulixiar I nas Faculdades Integradas Espírita. Diretor da AGB - Seção Local Curitiba. E-mail: oleskocap@yahoo.com.br
 - 3 Licenciado em Geografia pela UFPR. Membro do Coletivo de Estudos em Conflitos pela Terra e pelo Território (ENCONTTRA) e do CeGET (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho). E-mail: otaviogr@gmail.com

lidades para a organização política destes grupos e para o fortalecimento do arraigo territorial que sustenta suas práticas e seu modo de vida.

Palavras-chave: Faxinalenses. Cartografia social. Povos e comunidades tradicionais.

INTRODUÇÃO

Desde a última década, diversos povos e comunidades tradicionais² (faxinalenses, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, ilhéus, indígenas, benzedeiras, cipozeiras, dentre outros) têm popularizado a prática da cartografia social no Brasil, re-significando o uso dos mapas para aqueles que historicamente submeteram-se ao poder da representação do espaço.

A cartografia social configura-se como um instrumento lúdico e criativo de automapeamento participativo apropriado por diversos grupos sociais, como populações locais, povos indígenas e comunidades tradicionais como ferramenta de luta por direitos territoriais, pela manutenção de seus modos de vida diferenciados e para denunciar os conflitos que enfrentam. Para estes grupos, caracterizados pelo arraigo territorial, a prática do automapeamento possibilita o fortalecimento das relações comunitárias que caracterizam as suas especificidades, consolidando-se como uma importante ferramenta na luta pela manutenção da vida e de suas territorialidades específicas. Neste contexto, a ação de autocartografar-se e cartografar o próprio território significa para estes grupos afirmar sua (re)existência e tornar visível os conflitos que enfrentam cotidianamente, contrapondo-se à expansão hegemônica de processos que carregam consigo lógicas que não permitem a coexistência de racionalidades diversificadas, e desdobram-se em processos de expulsão, espoliação e desterritorialização, de modo combinado e contraditório (SMITH, 1988).

O recente debate em torno das questões referentes aos povos e comunidades tradicionais tem ganhado força devido à emergência destes sujeitos mediante suas ações políticas e reivindicativas que os inserem na arena das disputas por território e recursos naturais. São reconhecidas “terras tradicionalmente ocupadas”, amparadas por diversos dispositivos jurídicos que, muitas vezes, enfatizam fatores étnicos e historicistas para instituir novas modalidades de apropriação formal de terras para povos tradicionais como indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades extrativistas. Todavia, a partir do surgir das mobilizações promovidas por estes grupos, as interpre-

2 Povos e comunidades tradicionais são “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.” (Art. 3 da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, Decreto n.º 6.040/2007).

tações intelectuais e jurídicas sobre seus direitos territoriais tornam-se mais abrangentes e complexas (ALMEIDA, 2004).

A convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais, ratificada no Brasil pelo decreto legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002, enaltece a autodefinição e a consciência da identidade coletiva como critério fundamental para determinar os grupos a que se aplicam as disposições deste documento. Nesta convenção também se atribui importância ao conceito de território vinculado às suas relações com a cultura, identidade e valores simbólicos e religiosos, compreendendo como território tradicional a área que tais povos ocupam ou utilizam de alguma forma, independente de sua posse formal. Estes novos dispositivos significaram uma grande mudança na arena das disputas pela demarcação de terras no país, fenômeno que pode ser interpretado como uma atualização da questão agrária: a luta pelo acesso à terra que enfatiza a esfera produtiva passa a compartilhar espaço na agenda política com a luta no território, pela manutenção de territórios de vidas, onde práticas e valores multidimensionais estão inseridos de modo indissociável. Ou seja, não é uma disputa exclusivamente pelo meio de produção (terra), mas trata-se de uma luta pela manutenção de seu modo de produzir e viver, ou seja, uma luta pela terra e pelo território. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2010; SAUER, 2010, 2011; GERMANI, 2010).

Segundo Almeida (2010), estes povos e comunidades tradicionais possuem identidades coletivas particulares e formas complexas de organização social e de uso do território, que não se reduzem à relação econômica com os meios de produção e, portanto, não podem ser compreendidos apenas pelos fatores agrários e de base econômica.

No âmago da trama dos novos dispositivos jurídicos que legislam sobre as terras ocupadas por estes grupos, o conceito de território assume papel essencial para uma interpretação que contemple a complexidade dessa realidade. O território é um elemento fundamental para a reprodução social destes grupos, que muitas vezes, dependem do acesso aos recursos territoriais para manutenção de sua forma de vida tradicional.

A noção de território compreendida pelos povos e comunidades tradicionais possui diferenças profundas àquelas proferidas pelo Estado. Um exemplo de política pública que se estrutura sobre o conceito de território, o DTR (Desenvolvimento Territorial Rural), define território como “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais” (MDA, 2004, p.4). Apesar de enfatizar fatores de ordem multidimensional, o plano exclui os sujeitos da formulação do conceito do próprio território que ocupam e o direito destes grupos de definirem as formas de utilização dos bens naturais.

Em contrapartida à desconsideração dos sujeitos sociais como atores políticos capazes de definir diretrizes para as políticas públicas territoriais promovidas pelo Estado, os grupos marginalizados dos processos políticos

formais empenham-se em construir alternativas para promover a garantia de seus direitos, através da articulação de movimentos sociais multiescalares que possibilitam a realização de diversas ações. Os conflitos de cunho territorial, compreendidos desde dimensões sociais, culturais e ambientais, possuem relações íntimas com as concepções hegemônicas de desenvolvimento desempenhadas pelo Estado. Zhouri e Laschefski afirmam que “qualquer planejamento, concepção ou representação do espaço é uma redução da realidade, conforme a percepção dos seus idealizadores. Os conflitos se materializam quando essas concepções de espaço são transferidas para o espaço vivido” (2010 p. 18).

Formas distintas de apropriação do mesmo espaço são conflituosas, sobretudo quando são impostas “de cima para baixo”, promovendo efeitos de expulsão, espoliação e desterritorialização dos sujeitos que habitam estes espaços e que possuem fortes laços territoriais. Este processo significa para muitos grupos uma barreira na reprodução de seu modo de vida tradicional e das relações de produção diferenciadas, e ainda, a perda da memória e da identidade, que possuem enraizamentos profundamente territoriais. Ainda, os processos de desterritorialização sofridos por estes grupos em face dos projetos desenvolvimentistas implantados em seus territórios tradicionais, promovem a inserção forçada destes sujeitos no sistema econômico capitalista, fator que acentua as desigualdades e desdobram-se em novos processos de marginalização. Concordamos, portanto, com Zhouri e Laschefski ao afirmarem que “a luta de grupos não inseridos, ou apenas parcialmente inseridos, no sistema urbano-industrial-capitalista contra a desterritorialização está frequentemente vinculada com o questionamento do modelo de desenvolvimento hegemônico” (2010 p. 26).

Contudo, o debate em torno dos conflitos de ordem territorial e socioambiental está ancorado nos conceitos de desenvolvimento e território. A partir do embate de distintas racionalidades aplicadas sobre o mesmo território - de um lado aquela construída a partir do local e que se manifesta nas relações comunitárias e no arraigo territorial, e de outro, a concepção hegemônica globalizada, moderna, branca e ocidental, norteadas pelo ideal do desenvolvimento a qualquer custo – ocorrem os processos de desterritorialização que promovem a perda da identidade e da memória, e, sobretudo das relações comunitárias que se constroem a partir dos vínculos com o território tradicional.

Buscamos desvendar, então, mediante reflexões sobre a prática da cartografia social, e compreendendo-a como um processo que demanda mobilização e organização dos grupos que a realizam, as possibilidades de luta e resistência que se configuram a partir desta prática. Para tanto, nossa experiência de investigação-ação junto aos faxinalenses da porção sul da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) é essencial para a elaboração deste trabalho e da compreensão de como tais práticas cartográficas acabam por

conformarem ferramentas de luta e resistência para a defesa dos territórios desses grupos.

OS FAXINALENSES E SEU FAXINAL: SUA PRÁXIS, SEU TERRITÓRIO, SUA CONSTRUÇÃO

Os faxinais podem ser caracterizados pela estreita relação entre os camponeses faxinalenses, a criação de animais soltos, a sua religiosidade, seu modo misto de uso da terra (parte privada e parte coletiva) suas sociabilidades e seu modo de apropriação da terra e recursos naturais (TAVARES, 2008).

Os faxinais têm reconhecimento legal a partir do Decreto Estadual nº 3446 de 14 de agosto de 1997 (PARANÁ, 1997) que delimita estas comunidades sobre o embasamento de três pontos: a) produção animal coletiva, à solta, através dos criadouros comunitários; b) produção agrícola – policultura alimentar de subsistência para consumo e comercialização; c) extrativismo florestal de baixo impacto – manejo de erva-mate, araucária e outras espécies nativas.

Destaca-se que, na constituição de uma comunidade faxinalense, o uso comum da terra se dá a partir de laços de amizade, compadrio e convivência, uma vez que a propriedade da terra é individual. Entretanto, partes dos lotes são destinadas para o uso coletivo, parcela do território que pode ser utilizada para a criação à solta dos animais de todos os moradores, conforme a ênfase dada pelos próprios faxinalenses, e como foi constatado por Tavares (2008).

Barreto e Löwen Sahr (2006) definem o faxinal, genericamente, como uma estrutura fundiária cujo elemento determinante é o uso comum da terra, repartida entre os “criadouros comunitários”, áreas de uso comum para criação animal, e “terras de plantar”, áreas destinadas ao cultivo. Mais especificamente os autores entendem que:

(...) nos criadouros comunitários não existem cercas internas e o uso é comum, apesar destes se constituírem de propriedades particulares contíguas. Os animais pertencentes às famílias faxinalenses são criados livremente nesta área, buscando seu alimento na Floresta com Araucária. É, portanto, nos criadouros comunitários que se encontram os ervais nativos, junto de outras espécies vegetais. As terras de plantar constituem porções onde se plantam alimentos para a subsistência, e em alguns casos para o mercado local/regional. Elas encontram-se separadas dos criadouros por meio de cercas ou valos. (BARRETO; LÖWEN SAHR, 2006).

Alguns autores traçam outras perspectivas para caracterizar estas comunidades, afastando-se das definições que se sustentam na estrutura física do faxinal, e enfatizam o sujeito faxinalense como elemento central de sua constituição. Esta abordagem traz ao debate sobre os faxinais a construção da identidade faxinalense como sua dimensão fundamental.

Algumas particularidades dos camponeses faxinalenses podem ser destacadas como aspectos constitutivos destes sujeitos coletivos. Em situações decorrentes da falta de mão-de-obra para o cultivo da terra, entre os faxinalenses não impera o uso de mão-de-obra assalariada, porém, de um sistema de solidariedade, que se expressa na forma de mutirão ou *puxirão* (TAVARES, 2008). Outra particularidade, decorrente desta e igualmente característica do camponês faxinalense, é o fato de tal solidariedade ser intrínseca a sua própria cultura. O morador de uma comunidade faxinalense pode ser arrendatário, meeiro ou proprietário, contudo, o modelo comunitário não deixa de ser adotado. Em alguns casos, tal solidariedade é expressa pelo faxinalense com a concessão de parcelas de sua terra dentro do criadouro comunitário para que companheiros sem terra possam ter uma casa com pomar e quintal. O criadouro, onde os animais são criados de modo solto, é o espaço onde se dão todas as práticas que caracterizam o faxinalense como tal, sejam estas práticas culturais, religiosas, econômicas ou sociais. Por fim, a última particularidade descrita por Tavares como característica do sujeito faxinalense é seu arraigo territorial, cuja vigência por diversas gerações, constitui costumes religiosos e sociais igualmente enraizados no seu modo de vida (TAVARES, 2008).

Souza (2009) enfatiza a importância da construção da identidade faxinalense a partir da autodefinição. No entanto, devido à ampla diversidade de localidades no estado do Paraná em que existem estas comunidades, ocorrem também variações regionais nas formas de se referir ao faxinal, como o próprio termo criadouro, criador, criadouro comum ou *caíva*. O reconhecimento identitário faxinalense, portanto, é essencialmente político e está associado ao contexto de suas lutas por terra e território.

Reconhecer-se como faxinalense significa afirmar arraigo territorial. Ao autodefinir sua identidade coletiva, o grupo social fortalece suas relações com o território em que se reproduzem socialmente e constroem identidade territorial. Este movimento de auto-reconhecimento coletivo e fortalecimento do arraigo territorial e dos vínculos comunitários, possuem relações profundas com os conflitos que estes grupos enfrentam. A partir dos conflitos existentes no território faxinalense associados às faces da expansão de estratégias do desenvolvimento, que se materializam no real de diversas formas, constroem-se os movimentos de resistência e fortalecimento da identidade coletiva e territorial.

Esta complexidade no processo de auto-definição da identidade faxinalense nos leva a refletir sobre a prática da cartografia social. A profunda identidade territorial que estes sujeitos possuem fortifica-se com o ato de “mapear-se a si mesmo” e mapear o próprio território, porque permite ao sujeito enxergar-se “de cima”, fazer-se presente nas representações do espaço que vive e constrói, e mais que isto, permite a estes sujeitos representarem suas próprias imagens enquanto identidade:

Faxinal é a união do povo, pela tradição do povo, pela cultura, tudo aquilo que é costumeiro, se eu tenho o costume de visitar um amigo, tomar chimarrão na casa dele, tenho o costume de encontrar com os amigos aqui na casa de oração, tem o costume de trabalhar junto no mutirão, criar animal solto, no meu entender o faxinal é isso. – Carlito Taborda Ferreira, Faxinal Salso (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2008, p. 3).

Acho que, faxinal, no caso, que a gente vem conhecer como o antigo criador de ser... Pra nós, lá é cultivar as origens dos passados, que já começaram há bastante anos atrás. – Gilson Daniel dos Santos, Faxinal Mato Branco dos Andrade (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2011, p. 3).

A diferença do faxinalense pra outros produtores é que a pessoa que mora no faxinal, ela tá ali num modo de vida que se preocupa, também, com a condição de vida dos seus vizinhos, daquele pessoal que mora no faxinal, não prejudica em nada, se preocupa com os outros (...) – Gerson Paulo Kais, Faxinal Espigão das Antas (NOVA CARTOGRAFIA, 2011, p.4).

Adotar a compreensão do faxinal e do sujeito faxinalense a partir de suas próprias palavras não é mero preciosismo acadêmico. Ao contrário, configura-se como opção política de investigação, que incorpora os próprios processos de auto-definição de identidade coletiva e territorial à reflexividade dos processos de pesquisa. Tratamos, portanto, os faxinalenses como sujeitos ativos da investigação, a qual, sem eles não poderia ser realizada. Contudo, consideramos nossa atribuição explicitar que tais depoimentos são constituídos em processos de construção política atravessados por uma realidade social e histórica de um dado momento. Os sujeitos discursivos cujos depoimentos foram apresentados são constituídos por heterogeneidades e seu discurso é polifônico. De acordo com Fernandes:

O sujeito discursivo deve ser considerado sempre como um ser social, apreendido em um espaço coletivo; portanto, trata-se de um sujeito não fundamentado em uma individualidade, em um “eu” individualizado, e sim, em um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro (2008, p.24).

O discurso presente nos depoimentos selecionados são produtos de uma determinada construção social essencialmente política, que se materializa no processo de auto-determinação identitária. A construção deste discurso tangencia o processo de politização do sujeito faxinalense mediante a inserção destes sujeitos em movimentos sociais que os articulam e estabelecem vínculos com outros faxinalenses de diversas regiões do estado, e outros povos e comunidades tradicionais que, assim como os faxinalenses, buscam visibilidade para resistir no território. A identidade assumida enquanto sujeito coletivo (o ser faxinalense) e pertencimento territorial (o faxinal) corporifica-se

no seu processo de luta e resistência. Este território pelo qual os faxinalenses lutam configura também o substrato de uma luta pela manutenção de sua reprodução social, pelo direito à auto-determinação de suas próprias vidas.

FAXINALENSES DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA: ESPECIFICIDADES

Cinco comunidades faxinalenses participaram ativamente do processo de cartografia social que consiste no escopo da reflexão deste artigo, localizadas nos municípios de Quitandinha/PR e Mandirituba/PR, na porção sul da Região Metropolitana de Curitiba. Estes cinco faxinais configuram dois grandes criadouros comunitários, ou seja, um destes criadouros engloba dois faxinais, no caso, Campestre dos Paula e Mato Branco dos Andrade, enquanto o outro criadouro é integrado pelos faxinais Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta.

Nos faxinais Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta existem cerca de duzentas e vinte famílias, de acordo com os próprios faxinalenses, numa área de aproximadamente duzentos alqueires de terra. Já no criadouro onde estão inseridos os faxinais Campestre dos Paula e Mato Branco dos Andrade, existem aproximadamente cento e dez famílias, tendo este criadouro cerca de quarenta alqueires.

Nestas comunidades algumas características se ressaltam em relação a outras comunidades rurais existentes nos município em que se localizam e municípios contíguos. A descrição realizada a seguir busca apresentar tais características, sejam elas no tocante às relações sociais, à natureza ou ao território em si.

Os laços de união e companheirismo entre os faxinalenses são notórios. Apesar de existirem alguns membros da comunidade que são contra a existência do criadouro comum e, por consequência, não querem manter o uso comum da terra para a criação de animais a solta, a maioria das famílias é a favor e apoia a luta pela manutenção de sua cultura e seus modos de vida.

A paisagem das comunidades é muito marcada pela presença de vegetação nativa de floresta ombrófila mista (mata com araucárias). A mata, contudo, não é intocada, porém manejada de modo que a faz seguir muito presente apesar dos 250 anos da existência das comunidades e do criadouro, segundo os faxinalenses. A manutenção desta mata em simbiose com os faxinalenses é um elemento muito característico destas comunidades. Alguns faxinalenses contam que plantam araucárias por iniciativa própria seja para aumentar a densidade da floresta, por sua beleza, ou para garantir o sustento das futuras gerações. Como demonstram Diegues (1996) e Porto-Gonçalves (2004), não devemos pensar na natureza como um bem intocável, que deve ser separada de qualquer forma de vida humana. Comunidades onde o ma-

nejo do território atua em simbiose com os bens naturais podem ajudar na manutenção dos ecossistemas naturais e até mesmo na sua ampliação.

Outra característica muito marcante é a presença de porcos, cabras, galinhas criados a solta. A delimitação do criadouro é feita através de cercas e valas, que impedem a saída dos animais, assim como a presença de *mata-burros* nas localidades de entrada e saída de veículos dos criadouros, os quais impedem a saída dos animais mesmo sem a existência de portões, garantindo a possibilidade de criação de porcos e outros animais soltos.

Por fim, uma marca particular do território destes faxinalenses é sua relação contraditória com a cidade de Curitiba. Diferentemente de comunidades faxinalenses de outras localidades do interior do estado do Paraná, estes faxinais são marcados pela influência da capital do estado por sua proximidade (que pode ser ilustrada pela possibilidade de chegar às comunidades utilizando-se de ônibus metropolitano integrado ao sistema de transporte público de Curitiba). Esta dinâmica marca uma característica peculiar destes faxinalenses, que eventualmente possuem experiências de vida tanto rurais quanto urbanas, seja por vivência passada em ambientes urbanos, presença de parentes em Curitiba, ou pela necessidade de locomover-se à cidade algumas vezes no ano para tratar de saúde, realizar trâmites e outros assuntos. Contudo, apesar da pressão urbana sobre seu território, a paisagem rural das comunidades se preserva com os animais criados soltos, o chimarrão no fim da tarde e a forte expressão da paisagem exuberante da mata de araucárias.

A CARTOGRAFIA SOCIAL: (RE)CONSTRUIR O TERRITÓRIO E RESISTIR AOS CONFLITOS

A cartografia enquanto prática de representação territorial cunhou o processo de expansão colonial do ocidente, atuando de modo inseparável da afirmação do poder do Estado moderno ocidental para a expansão da hegemonia política e cultural das elites europeias. Neste contexto, as representações cartográficas legitimaram a imposição de linhas invisíveis que dividiram povos e continentes e naturalizou a invenção de concepções como a de propriedade privada da terra e do próprio Estado. O caráter positivista adquirido pelos mapas europeus após o renascimento e consolidado com o estabelecimento da cartografia como conhecimento científico transformou-os em objetos cuja única atribuição é relatar objetivamente determinados fatos espaciais. Trajados de inocência e desinteresse, amparados pelo cientificismo, os mapas adquiriram status de espelho da terra, instrumentos que mostram a realidade nua e crua, independente do contexto social em que são produzidas ou interpretadas.

Entretanto, o poder de produzir mapas, que por séculos permaneceu exclusividade do Estado e das classes dominantes, vem sendo apropriado

nas últimas décadas por grupos sociais que historicamente permaneceram à margem dos processos de decisão sobre seus próprios territórios e vidas. Estas experiências – designadas como cartografia social – caracterizam-se como práticas de mapeamento coletivo autoconscientes de sua intencionalidade e potencialidades políticas, geralmente realizadas por grupos sociais que possuem fortes vínculos territoriais, como estratégia de resistência aos processos históricos de desterritorialização a que são submetidos.

Quando aliada aos interesses do Estado, a cartografia consolidou-se como um poderoso instrumento de tornar invisíveis populações inteiras, justificando a implantação de planos e projetos que promovem processos intensos de desterritorialização e desagregação das comunidades que habitam os locais que interessam produtiva e economicamente às elites capitalistas e ao próprio Estado. Contudo, do mesmo modo que as estratégias utilizadas pelo desenvolvimento, a cartografia e o planejamento territorial, no que concerne aos métodos utilizados pelas agências multilaterais, Estado e grandes corporações, também passaram por algumas transformações metodológicas. O discurso da sustentabilidade e da democracia sustenta-se em metodologias participativas de mediação de conflitos utilizadas amplamente por ONGs e órgãos ligados às agências multilaterais para promover maior abrangência do controle social sobre estes grupos e seu território.

O aperfeiçoamento e a difusão das técnicas e da informática permitiu que a produção cartográfica se tornasse mais acessível a setores da sociedade que historicamente submeteram-se ao poder das representações do espaço, todavia estas possibilidades foram apropriadas de distintas maneiras, para cumprir determinados objetivos. Tornou-se recorrente nas últimas décadas em todo o mundo a aplicação de metodologias participativas de mapeamento promovidas por ONGs e órgãos ligados a agências multilaterais de desenvolvimento, para extrair informações de grupos não inseridos ou apenas parcialmente inseridos no modo de produção capitalista, especialmente povos originários, comunidades quilombolas e indígenas. Sobre a apropriação dos procedimentos participativos de mapeamento pelos “desenvolvimentistas”, Acselrad (2010, p. 23) afirma que:

Com a “participação”, as cartografias aperfeiçoam os meios de produção do “espaço social do desenvolvimento”, através da geração de mapas que servem a finalidades de identificação e gestão de recursos naturais. Tais mapas visariam “integrar” territórios – através da fixação harmônica de limites e fronteiras funcionais aos mecanismos de valorização do capital, à pacificação dos conflitos territoriais ou à instauração de mecanismos autoritários de controle, próprios a uma “sociedade de vigilância”.

Reconhece-se, entretanto, que no contexto da “virada territorial” os métodos participativos de mapeamento possuem formas de apropriações

efetuadas a partir dos grupos sociais interessados em defender seu território tradicional. Para Acseirad (2010), esta prática, quando protagonizadas por atores envolvidos em lutas por reconhecimento étnico e territorial, está associada ao processo de politização da apropriação territorial e desdobra-se na emergência politizada das culturas dos povos tradicionais.

Sucessões de experiências associadas a esta prática acompanham importantes processos de resistência de diversos grupos sociais frente a estes conflitos criados pelo alastramento da racionalidade desenvolvimentista. Esta lógica se descortina no mundo real através de megaprojetos infraestruturais, exploração exaustiva de recursos naturais, e expansão das fronteiras do agronegócio.

Casos como o do projeto Nova Cartografia Social³ demonstram o potencial da experiência cartográfica realizada com fins de autorreconhecimento identitário por grupos que possuem práticas sociais e culturais diferenciadas e ameaçadas pelos processos descritos anteriormente. Além de possibilitar ao grupo realizador da cartografia sair da invisibilidade social ao inserirem-se como sujeitos coletivos nos mapas e nas representações do território, a prática do mapeamento coletivo permite a exposição dos conflitos territoriais que estes grupos enfrentam e muitas vezes encontram-se abafados pelas estratégias de mediação do Estado ou por políticas públicas paliativas. Possibilita também ao grupo fortalecer sua emergência como sujeito político, capaz de colocar-se em resistência aos processos que considera prejudiciais à reprodução de seu modo de vida tradicional.

Acompanhamos, nos anos de 2010 e 2011, o processo de construção da cartografia social dos faxinalenses dos municípios de Mandirituba/PR e Quitandinha/PR, na Região Metropolitana de Curitiba. No decorrer das etapas necessárias para a realização do mapeamento, reuniões e oficinas de elaboração dos mapas, confecção de legendas e revisão do material elaborado, o processo de construção da Cartografia Social foi caracterizado por uma série de idas e vindas dos pesquisadores/extensionistas entre comunidade e laboratório. As atribuições dos pesquisadores nestas etapas do processo referem-se à sistematização das informações levantadas, transcrição das falas e entrevistas realizadas, digitalização dos mapas, georreferenciamento dos pontos coletados e diagramação do conteúdo. Com esta dinâmica do ir e vir possibilita-se a revisão constante do conteúdo, assegurando-se que todas as informações contidas no produto final passaram pelo consentimento dos faxinalenses.

O primeiro estágio do processo de construção da cartografia social, condição prévia para sua realização e imprescindível aos primeiros traçados,

3 O projeto é desenvolvido desde julho de 2005, é coordenado pelo antropólogo Alfredo Wágner Berno de Almeida e possui sede em Manaus/AM. Este projeto possui relação direta com a titulação de terras de povos e comunidades tradicionais, processo amparado por legislação específica, que remonta ao auto-reconhecimento identitário destes grupos como preceito jurídico definidor desta categoria.

esboços, croquis e coletas de dados, caracterizou-se pela mobilização das comunidades em torno das questões que revelam a demanda pela cartografia, fundamentalmente aquelas relacionadas aos conflitos enfrentados, de origens externa e interna à comunidade. Através de assembleia comunitária, a viabilidade de realização da cartografia social foi discutida, a fim de que todos os envolvidos estivessem profundamente cientes de sua organicidade para então decidir sobre sua execução. A articulação destas comunidades junto às escalas mais abrangentes de relações sociais com os povos faxinalenses foi determinante para a mobilização que culminou na cartografia social. Cabe ressaltar, entretanto, que esta articulação não se encerra com a realização da cartografia, mas tende a fortalecer-se paralelamente ao seu processo de construção.

As etapas subsequentes a este primeiro estágio ocorreram mediante realização de oficinas de mapeamento coletivo, onde serão, inicialmente, esboçados grandes croquis do território a ser mapeado, e neles identificados os principais conflitos relatados e pontos de interesse a serem mapeados que caracterizam as práticas sociais, culturais e religiosas que diferenciam estes grupos. Cerca de trinta participantes, lideranças e representantes das comunidades envolvidas, reuniram-se para desenhar e espacializar representações daquilo que consideram representativo de suas realidades, práticas tradicionais e conflitos. Esta etapa é de extrema importância, pois é neste momento que os faxinalenses se inserem no mapa e reconhecem-se como sujeitos sociais ativos construtores de seu território, e assim, afirmam sua existência. Os símbolos utilizados nas legendas também passam por um processo de criação e seleção participativa, através de uma oficina específica. Produzir coletivamente desenhos para representar elementos representativos de suas práticas tradicionais e conflitos que as ameaçam traduz-se num exercício de recordação coletiva que reascende o espírito comunitário de outrora. Os estágios posteriores às oficinas de mapeamento e desenho de legendas consistem em atividades de revisão do conteúdo que já foi elaborado e sistematizado.

Ao decorrer do processo de mapeamento, verificamos o fortalecimento do discernimento dos sujeitos sobre a espacialização dos conflitos sociais existentes no território destes grupos que prejudicam suas práticas específicas de produção e reprodução social que não são sustentáveis dentro do paradigma dominante do desenvolvimento. A manutenção do modo de vida faxinalense está profundamente associada a práticas de produção/reprodução que contradizem este modelo, caracterizadas pelo mutirão, apoio mútuo, áreas comuns para criação de animais a solta, dentre outras práticas tradicionais relacionadas ao uso de medicamentos caseiros e cultivo – para subsistência ou não – sem uso de produtos agrotóxicos, etc.

O principal conflito levantado por essas comunidades durante as reuniões e oficinas está relacionado aos chacreiros, proprietários de sítios dentro do território do criador, em geral, pessoas que vivem e trabalham em Curitiba

e destinam essas áreas para fins de lazer. Entretanto, estas pessoas desconhecem o modo de vida faxinalense e as práticas de criação de animais à solta nos criadores comunitários, e ao se estabelecerem colocam fechos ou cercas em suas propriedades, que limitam a área do criador. Segundo Amanitino Sebastião de Beija, morador do Faxinal Meleiro:

O maior conflito nós dizemos que é o chacreiro, né... Que vem de fora compra terra aqui, primeira coisa que ele pensa é em cercar toda a área... Ele não se preocupa em descobrir como é a comunidade aqui... Tem uns que vem pra somar, mas infelizmente a maioria vem pra tentar destruir a forma de vida que nós... Que nós vivemos... O chacreiro que vem da área rural mesmo que onde ele morava não tinha o faxinal, ele chega aqui ele já procura conhecer melhor, e por ele ser da área rural já leva mais em conta... Agora os que vêm da área urbana já... A maioria é simplesmente pra cercar... Como se fosse uma área de lazer deles..." (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2011 p.5)

O conflito com as chácaras de lazer foi citado dentre os principais dentro da luta faxinalense, na cartilha construída pela Articulação dos Povos Faxinalenses (APF) durante o 3º Encontro Estadual dos Povos Faxinalenses (2009), onde se apresentou como a entrada desse modelo de ocupação do solo desagrega, diminui e destrói o criador comum do Faxinal (APF, 2009, p. 6).

Afirmamos, como povos Faxinalenses, nosso compromisso na condição de agentes de preservação ambiental, porque dependemos da perpetuação dos recursos naturais para sobrevivemos. Entretanto, nossos territórios estão sendo tomados violentamente por grileiros, fazendeiros, chacreiros e empresários inescrupulosos que, movidos por interesses privados, promovem a destruição das cercas e criadouros comuns, as colocações de fechos e forçam a expulsão de famílias, manipulando e associando-se em muitas ocasiões a políticos, governos e meios de comunicação. (APF, 2009, p. 45, grifo nosso).

Toda a problemática das chácaras é apresentada como um dos pilares dos conflitos das comunidades faxinalenses devido ao poder financeiro que os chacreiros têm em comparação com os membros da comunidade, além de sua falta de respeito pelo criadouro comum e com as práticas faxinalenses.

A lógica do chacreiro é entendida como urbana, tem função de suprir carências das cidades e, em consequência, motiva a construção de lugares de lazer (BAGLI, 2010). O curioso desta relação, como ressalta Bagli (2010), é que o morador da cidade que vai ao campo buscar lazer, tem em seu imaginário o espaço rural como bucólico, tranquilo, relacionado à natureza, e por consequência, imagina o mesmo dos moradores, como seres humanos ligados à natureza de modo ingênuo, atrelados ao passado, ou atrasados. Lefebvre (1973) afirma que a reprodução deste modo de produção é igualmente importante, uma vez que é ela que aumenta a inserção de sujeitos como

trabalhadores e que reproduz o modo de vida do capital, ou seja, individualizado e de consumo. Portanto:

Não é apenas toda a sociedade que se torna o lugar da reprodução (das relações de produção e não já apenas dos meios de produção): é todo o espaço. (...) os espaços de lazeres (...) mostra(m) como este espaço reproduz activamente as relações de produção e contribui portanto para sua manutenção e para sua consolidação. Nesta perspectiva, os <<lazer>> constituíram a etapa, o intermediário, a conexão entre a organização capitalista da produção e a conquista de todo o espaço (LEFEBVRE, 1973, p. 96).

Os faxinalenses alegam também a invisibilidade a que estão submetidos como uma das causas destes conflitos. Nesse sentido, a experiência da Cartografia Social tem serventia também, segundo os próprios faxinalenses, como instrumento de luta por visibilidade social e política. De acordo com José Adir, morador do Faxinal Espigão das Antas, o ato de cartografar o território faxinalense é importante “para a comunidade ser representada de alguma forma, né. Porque quem que conhecia ou conhece o criador ou faxinal se nunca foi citado isso daí em parte nenhuma? Nunca foi registrado” (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2011, p.10).

A divulgação das particularidades do modo de vida que caracteriza o território faxinalense é visto pelos sujeitos sociais como importante instrumento para se alcançar visibilidade e reconhecimento perante a sociedade e poder público. Entretanto, a luta por visibilidade, que é habitualmente mencionada pelos sujeitos faxinalenses ao serem questionados sobre a importância de mapear, não consiste na única consequência positiva associada à Cartografia Social que se deve destacar. O processo de politização dos sujeitos envolvidos está intimamente associado ao ato de resistir aos processos de avanço e mobilidade do capital no espaço, centrado na defesa e luta permanente pelo território. No contexto de um movimento de emergência politizada de um novo sujeito social, este abandona a condição passiva de objeto do capital subordinado à desterritorialização, passando, através de processos de enraizamento e fortalecimento das relações sociais que o arraigam ao território, a buscar por autodeterminação política sobre a organização social que sustenta suas práticas de produção e seu modo de vida.

Os desdobramentos da cartografia social evidenciam o fato de que a luta por autonomia é um elemento central na construção do ideário faxinalense, autonomia que, conseqüentemente, tem junto de si um padrão de produção do espaço e de reprodução social diferenciados, nos quais a Natureza desempenha um papel particular. A autonomia construída historicamente, ainda que estes sujeitos estejam inseridos ou parcialmente inseridos no sistema de produção capitalista, possibilita a manutenção de seus territórios, costumes, e reprodução da vida. (OLESKO, 2013)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliações pessimistas são frequentes quanto a possibilidades concretas de emancipação social em relação às experiências vividas por populações locais com mapeamentos participativos como pauta de reivindicação territorial e política. Muitos olhares enviesados sobre os processos de construção de identidades territoriais específicas vinculados às recentes experiências dos povos e comunidades tradicionais recaem sobre o desencantamento da consciência política e afastamento dos processos de transformação social. Entretanto, concordamos com Boaventura de Sousa Santos ao afirmar que “a pobreza da experiência não é a expressão de uma carência, mas antes, a expressão de uma arrogância, a arrogância de não se querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca, apenas porque está fora da razão com que a podemos identificar e valorizar.” (2003, p.785).

A prática da cartografia social pode ser entendida como instrumento dotado de grande potencial para fortalecer processos de politização e intensificação do arraigo territorial de sujeitos sociais em suas caminhadas próprias de busca por autodeterminação política sobre a gestão de seu território e bens naturais, e resistir aos processos contraditórios consequentes do desenvolvimento e da expansão do capital. Concordamos com Zhouri e Oliveira, quando afirmam que:

A defesa do lugar, do enraizamento e da memória destaca a procura por autodeterminação, a fuga da sujeição aos movimentos hegemônicos do capital e a reapropriação da capacidade de definir seu próprio destino. A direção desses movimentos é contrária à atopia, pois ela insiste em nomear os lugares, em definir-lhes seus usos legítimos, vinculando a sua existência à trajetória desses grupos. Não é uma luta pela fixidez dos lugares, mas sim pelo poder de definir a direção da sua mudança. (2010, p. 445)

O fortalecimento da dimensão política dos sujeitos sociais envolvidos está associado à resistência aos processos de avanço e mobilidade do capital no espaço, que tem na luta pelo território uma dimensão fundamental. A cartografia constitui-se em instrumento *do* poder, mas também *de* poder, e quando apropriada por grupos sociais em resistência aos processos nocivos do capitalismo e seus modelos de desenvolvimento, favorece o reconhecimento destes sujeitos em suas construções enquanto sujeitos políticos. Serve, também, como instrumento de busca por visibilidade, ao possibilitar a estes sujeitos se mostrarem para a sociedade e denunciarem seus antagonistas.

A construção da cartografia social dos faxinalenses da Região Metropolitana de Curitiba abriu caminhos para a compreensão de que a defesa do território faxinalense é sempre apresentada como necessidade para poder viver “livre”, “sem fome”, “com o que é nosso e do nosso jeito”, “ter nossas coisinhas”, “não depender de ninguém de fora”, segundo os próprios faxina-

lenses, que possuem estes valores em sua constituição social. A importância deste projeto é transcendental: do apoio ao fortalecimento da identidade territorial faxinalense, vai até a constituição de um instrumento de denúncia dos conflitos e reconhecimento dos faxinalenses enquanto sujeitos existentes e em luta pela manutenção de seu espaço de vida. A luta pela manutenção do território tradicional faxinalense não ocorre por um anseio individual de manutenção da propriedade privada. Sua luta é travada pela busca da autodeterminação coletiva sobre seu território, sua cultura, sua vida.

RESUMEN

La trama de las disputas territoriales relacionadas con los pueblos y comunidades tradicionales han planteado un intenso debate en los ámbitos académico y político, dadas las nuevas estrategias adoptadas por estos grupos que sustentan su lucha histórica por la tierra y el territorio. La autodefinición de la identidad se consolida como un componente importante de la estrategia de lucha a partir de disposiciones jurídicas conquistadas en la última década, con el fin de garantizar a estos grupos la reproducción de su modo de vida tradicional y permanecer en el territorio tradicionalmente ocupado. En esto contexto, la cartografía social se destaca como un instrumento de reivindicación política asociado a la construcción de identidades, al enfrentamiento de conflictos ambientales y territoriales y al fortalecimiento organizativo de estos grupos. En el estado de Paraná, esta herramienta viene siendo utilizada por los pueblos faxinalenses en su lucha cotidiana contra la invisibilidad social y política, por la manutención de sus territorios y sus modos de vida. A partir de la inserción en el proceso de realización de la cartografía social de los faxinalenses de los municipios de Quitandinha/PR e Mandirituba/PR, situados en la Región Metropolitana de Curitiba, este trabajo pretende discutir la experiencia construida por este grupo e sus consecuencias, buscando desvendar las posibilidades de lucha y resistencia que se configuran a partir de esta práctica. En esto contexto, la lucha por el territorio emprendida por los pueblos faxinalenses y la apropiación de la cartografía social como herramienta, comprendida desde la perspectiva crítica al modelo de desarrollo impuesto por el modo de producción capitalista, abre nuevos campos de posibilidades para la organización política de estos grupos e para o fortalecimiento del arraigo territorial que sustenta sus prácticas y su modo de vida.

Palabras-clave: Faxinalenses. Cartografía social. Pueblos y comunidades tradicionales.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Mapeamentos, Identidades e Territórios. Em: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **As relações campo-cidade no Brasil do século XXI**. São Paulo: Terra Livre, p. 25-39, 2003.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e Movimentos Sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n.1, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos agronegócios. Em: ALMEIDA, A. W. B. et. al., **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

APF, Articulação Puxirão do Povos Faxinalenses. **Cartilha do III Encontro Estadual dos Povos Faxinalenses**. 2009.

BAGLI, Priscilla. Rural e Urbano: Harmonia e Conflito na Cadência da Contradição. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Artur Magon. (Org.). **Cidade e Campo - Relações e Contradições entre Urbano e Rural**. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BARRETO, M. ; SAHR, C. L. L. . **A Expansão do Capital Ervateiro e o Modo Faxinalense de Produção no Município de Rebouças/PR**. In: XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2006, Rio de Janeiro. Anais do XVIII ENGA, 2006.

CHAYANOV, ALEXANDER V. **The Theory Peasant Economy**. Editors: THORNER, Daniel; KERBLAY, Basile. REF: Smith. Homewood, Ill.: The American Economic Association, 1966.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **O Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

GERMANI, Guiomar Inês. Questão Agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.) **(GEO)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. A entrevista narrativa. Em: BAUER, Martin; GASKELL, George: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LACOSTE, Yves. **A geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. São Paulo: Papirus, 1988.

LEFEBVRE, Henri. **A Re-Produção das Relações de Produção**. Publicações Escorpião. Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973.

LÖWEN SAHR, Cecilian. L. . Povos Tradicionais e Territórios sociais: Reflexões acerca

dos povos e das terras de faxinal do Bioma da Mata com Araucária. Em: **II Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, 2005, Presidente Prudente. Anais, 2005.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Biblioteca de Ciências Sociais. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais**: referência para o apoio ao desenvolvimento territorial. MDA/SDT, Brasília, 2004.

MARCOS, Valéria de; FABRINI, João E. . **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón . Conflitos pela terra e pelo território: ampliando o debate sobre a questão agrária na América Latina. In: SAQUET, Marcos A.; SANTOS, Roseli Alves dos. (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL. **Faxinalenses do Núcleo Metropolitano Sul de Curitiba**. Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil. Série: Faxinalenses no Sul do Brasil. Coordenador, Alfredo Wagner Berno de Almeida et al. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. UEA Edições, 2011

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL. **Faxinalenses no Setor Metropolitano de Curitiba**. Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil. Série: Faxinalenses no Sul do Brasil. Coordenador, Alfredo Wagner Berno de Almeida et al. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. UEA Edições, 2008.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Em: Santos, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: “Um discurso sobre as ciências” revisitado. Porto: Afrontamento, 2003.

SAUER, Sérgio. Mercado de terras: estrangeirização, disputas territoriais e ações governamentais no Brasil. Em: SAQUET, M., SUZUKI, J. e MARAFON, G.. (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SOUZA, Roberto Martins. Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná. In: Almeida, A.W.B.; SOUZA, R. M. (Orgs.) . **Terra de Faxinais**. 1. ed. Manaus: UEA, 2009.

TAVARES, Luis Almeida. **Campesinato e os faxinais do Paraná: terras de uso comum**. 2008. 751 f.Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, FFLCH, USP, São Paulo, 2008.

SAUER, Sérgio. **Terra e Modernidade**. A reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês**: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Revista NERA – ano 8, n. 7 – julho/de-

zembro de 2005.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Brasília: Hucitec: Editora da UnB, 1995.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. “Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação” en: Zhouri, Andréa e Laschefski, Klemens (orgs.) **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. Em: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.